

NÃO LINGUISTAS FAZEM
LINGUÍSTICA?
UMA ABORDAGEM
ANTI-ELIMINATIVA DAS IDEIAS
POPULARES^{1*}

DO NOT LANGUAGES DO
LANGUAGE?
AN ANTI-ELIMINATING APPROACH
OF POPULAR IDEAS^{1*}

Marie-Anne PAVEAU²

Resumo: neste artigo, Marie-Anne Paveau discorre sobre como é possível que não linguistas produzam saberes linguísticos, que podem se configurar de vários modos possíveis: de brincadeiras com a língua a saberes empíricos de ordem estética/estilística/literária; e a uma produção vigorosa e importante de juízos de valor sobre o uso linguístico, avaliando aceitação, atitudes etc. Para a autora, que faz um panorama, passando por diversas teorias dos estudos de linguagem – da sociolinguística à análise da conversa e à análise do discurso –, o saber (linguístico) *folk*, popular, profano ou leigo – as designações serão várias ao longo do artigo – é um saber prático e útil que ajuda os locutores a manterem/transformarem a sociedade.

Palavras-chave: linguística; saberes populares; epistemologia.

1 *N.T.: Este texto foi publicado originalmente em *Pratiques*, n. 139/140, dezembro de 2008. Esta tradução é de Phellipe Marcel da Silva Esteves.

2 Docente da Université de Paris 13.



Abstract: in this article, Marie-Anne Paveau approaches the possibility of nonlinguists produce linguistic knowledges that can configurate in many forms: from frolics with the language to empiric aesthetic/stylistic/literary knowledges and a vigorous important production of value judgment on linguistic use, evaluating acceptance, attitudes etc. For the author, that provides an wide panorama through various language theories — from sociolinguistics to conversation analysis and discourse analysis —, the folk, popular, profane, lay (linguistic) consciousness — the designations vary throughout the article — is a practical and useful knowledge that help speakers to maintain/transform society.

Keywords: Linguistics; folk knowledges; Epistemology.

Ah, para de me chamar de madame. Isso me irrita! Ele nunca me diz o que me agrada, só diz o que me irrita (vendedora de loja de antiguidades parisiense, setembro de 2008, 20º distrito)

O preconceito popular terminará por se sobrepor à incredulidade científica, e o achismo de boas senhoras prevalecerá sobre as teorias acadêmicas. Quando se trata de observações ingênuas, a ciência, arrogante demais em sua natureza, está sempre atrás do senso comum público (Raspail, *Histoire de lasanté et de lamaladie*)

Introdução³

A linguística popular ou linguística *folk* (designação afrancesada que finalmente adotei, por dar conta da questão da polissemia de *popular* e dos mal-entendidos que são curiosamente associados à palavra)⁴ tem parecido, ultimamente, bem descrita e definida, especialmente no contexto deste número e de trabalhos realizados sobre a questão no exterior e, depois, na França, já há

3 Este artigo adota o acordo ortográfico proposto no *Journal Officiel* do dia 6 de dezembro de 1990, inclusive nas citações.

4 Ver detalhe em Paveau (2007) e nas observações de J.-C. Beacco feitas nesta edição da *Pratiques*. Conforme-me, assim, voluntariamente com um imperativo ideológico que não ignoro ser definitório do discurso científico, mas nem sempre enxergo por que continuamos a atribuir a *popular* “conotações pejorativas”, a não ser para manter no exercício do discurso científico discursos classistas que não me parecem pertinentes a ele. Os filósofos anglicistas que traduzem, hoje em dia, *folk psychology* como *psicologia popular* (P. Engel, tradutor de Dennett (1990 [1987]), por exemplo) há gerações não fazem essa distinção incompreensível. *Popular*, como *vulgar* ou *familiar*, e o conjunto do paradigma que designa “o baixo”, são polissêmicos, e eu me surpreendo que, justamente os linguistas, que são alguns dos únicos que sabem identificar e defender essa polissemia, preocupem-se com esses efeitos.



quinze anos.⁵ A existência de um conjunto de práticas linguísticas designáveis como “folk” (ou melhor, por todo outro adjetivo estabilizado que compartilhe o mesmo domínio, como *profanas, espontâneas, selvagens, ingênuas, leigas*) não deixa, praticamente, nenhuma dúvida, e um campo de investigação particularmente rico se abriu para os linguistas que se preocupam com quaisquer produções imaginárias e representacionais dos falantes.

Tais práticas, sobre as quais propus uma tipologia tripartite em Paveau (2000), depois de Brekle (1989) (a saber: 1. Descrições, 2. Prescrições, 3. Intervenções), começam, agora, a ser bem compreendidas na diversidade dos lugares sociais em que se manifestam e na variedade de suas atividades com ou sobre a língua: imprensa, escola, fóruns de *internet*, guias de conversação, conversa cotidiana etc. É isso que mostram bem os artigos reunidos no presente número. Começamos, assim, a saber bem o que os não linguistas fazem (traduzo, aqui, o termo de D. Preston, *nonlinguists*), bem como quando e onde. Entretanto, não sabemos tão bem quem exatamente eles são e o que *quer* sua teoria *folk*. É sobre esses dois pontos que me concentro aqui. Proporei, inicialmente e a título heurístico, uma tipologia de não linguistas que, a meu ver, deve-se apresentar de maneira discreta: ser um não linguista não é um estado permanente, mas uma atividade praticável num momento e num lugar determinados pelos próprios linguistas; há uma *posição* de não linguista, sempre cambiável com alguma outra. Darei alguns exemplos de atividades cuja inscrição nessa linguística *folk* pode ser discutida, exemplos que me servirão para questionar as relações que possam existir entre as “identidades” dos não linguistas e a natureza de suas atividades. Num segundo momento, abordarei, dando continuidade à reflexão feita em Paveau (2007; 2008a), a difícil questão epistemológica e filosófica da validade da linguística *folk*, que, evidentemente, coaduna-se com as dificuldades de se pensar nas *folk sciences* em geral. Retomarei, em particular, as noções de saber e de consciência epilinguísticos, que fornecem argumentos para defender uma posição integracionista,⁶⁷ ou seja, antieliminativa: os enunciados *folk* não são necessariamente crenças falsas a serem eliminadas da ciência. Constituem, ao contrário, saberes perceptivos, subjetivos e incompletos, a serem integrados aos dados científicos da linguística.

5 Ver Achard-Bayle & Paveau (2008b), Achard-Bayle & Lecolle (2009), Antos (1996), Beacco (2004, org.), Brekle (1989), Niedzielski & Preston (2003 [1999]), Paveau (2000, 2005, 2007, 2008a, 2009), Paveau & Rosier (2008).

6 Ver Achard-Bayle & Paveau, na introdução deste volume da *Pratiques*, bem como Achard-Bayle & Lecolle (2009), Antos (1996), Beacco (2004, org.), Brekle (1989), Niedzielski & Preston (2003 [1999]), Paveau (2000, 2005, 2007, 2008a, 2008b, 2009), Paveau & Rosier (2008).

7 Propus esse termo em Paveau (2007) para descrever uma posição que 1. considera a linguística *folk* de maneira escalar e não binária, quer dizer, que não é oposta à linguística acadêmica; 2. propõe integrar plenamente os dados *folk* a um estudo científico da linguagem.



1. Quem são os não linguistas?

A questão da identidade ou da identificação dos não linguistas é, sem dúvida, uma das mais difíceis no domínio da linguística *folk*. Se a identificação profissional dos linguistas é feita de modo relativamente fácil pela existência de cursos, diplomas, especialidades universitárias que correspondem, na França, a seções do CNU e do CNRS (no Comitê Nacional, tratam-se das seções 7, 9 e 34)^{8*} e de uma literatura disciplinar relativamente bem circunscrita e balizada por dicionários, a identificação profissional dos não linguistas que lidam com atividades linguísticas não se baseia em nenhum critério confiável. O escritor é um linguista *folk*? E o revisor de galhas das mídias escritas e das editoras? E o jurista, que analisa as palavras tão escrupulosamente quanto um lexicólogo profissional? Sim, ficamos tentados a afirmar absolutamente; mas a comparação com o falante comum, o “homem das ruas”, que admira a beleza do léxico ou se lamenta quanto à degradação da língua (um tipinho bem típico na França, um país cuja língua é constantemente objeto de polêmicas inflamadas)⁹ relativiza imediatamente esse julgamento: os três primeiros parecem, de todo modo, mais “linguistas” que o último, o falante comum, que ocupa mais um espaço verdadeiro de “linguista de final de semana”, uma figura meio ingênua e, no fundo, bem inculta. Então, como identificar essa categoria de falantes que produzem enunciados metalinguísticos e metadiscursivos a partir de posições subjetivas não disciplinares e não acadêmicas?

1.1. Posições discursivas

Como em muitos domínios do saber das ciências humanas, o pensamento cartesiano binário (linguistas *versus* não linguistas como categorias discretas) nos leva, diretamente, às limitações do idealismo. A meu ver, é preferível adotar uma visão escalar das coisas. Seria melhor, então, mesmo se essa posição parece iconoclasta para aqueles que creem na pureza e na objetividade da ciência, postular um

8 * N.T.: CNU significa Conseil National des Universités, e CNRS Comité National de la Recherche Scientifique. A seção 7 do Comitê se concentra nas Sciences de l'information: signaux, images, langues, automatique, robotique, interactions, systèmes intégrés matériel-logiciel (Ciências da informação: signos, imagens, línguas, automação, robótica, interações, sistemas integrados hardware-software); a 9, na Mécanique des solides. Matériaux et structures. Biomécanique. Acoustique (Mecânica dos sólidos, materiais e estruturas, biomecânica, acústica); a 34, nas Sciences du langage (Ciências da linguagem). Localmente, podemos traçar um paralelo entre essa divisão do conhecimento feita pelo CNRS e a Árvore do Conhecimento do CNPq, na qual consta a área 8.00.00.00-2 Linguística, Letras e Artes, que concentra de modo formal a profissionalização disciplinar do linguista (entre outros, como filólogos, críticos literários etc.), mas também subáreas como as 6.07.01.00-5 Teoria da Informação, 1.03.01.02-0 Linguagem Formais e Autômatos e 7.07.10.05-8 Distúrbios da Linguagem, além de áreas inteiras como 6.09.00.00-8 Comunicação.

9 Ver Paveau & Rosier (2008).



continuum entre aqueles que fazem da linguística uma ciência e aqueles que não. Haveria dois polos que representariam os extremos teóricos: de um lado, o linguista “estudado”, “científico”, que manejaria os saberes “exatos”; e, de outro, o linguista espontâneo, que produziria análises do tipo daquela destacada pela vendedora de loja de antiguidades: “Ele nunca me diz o que me agrada”.

Recentemente, Günter Schmale fez uma primeira proposta analisando a linguística popular como lugar de cruzamento entre linguística científica, linguística amadora e para fins didáticos/de divulgação. Compartilho inteiramente dessa percepção. Schmale é, então, levado a propor uma breve tipologia dos linguistas espontâneos no que tange à análise da conversa: sobre um eixo cujos dois extremos são uma “ausência de conhecimentos sobre a conversa” e “conhecimentos perfeitos da organização conversacional”, encontrar-se-iam, gradativamente, o falante comum, o escritor, o linguista “amador”, o linguista não conversacionista e o “conversacionista” (SCHMALE, 2008; ver o esquema proposto por ele). Gostaria, aqui, de fazer uma proposta mais global, relacionada não unicamente à conversa, mas à língua e às produções verbais em francês em geral, que responderia aos seguintes requisitos:

- dar conta, o mais naturalmente possível, da atividade “não linguística”, considerando não identidades socialmente fixas (o escritor, o jornalista, o tipógrafo), mas *posições discursivas* por definição transitórias e desajustadas das identidades sociais, profissionais ou culturais. Um gerente de bar inicia uma conversa por SMS com seus clientes, um ministro de relações estrangeiras produz um texto sobre a degradação do francês ou, por que não, um linguista profissional produz um discurso não linguístico sobre a língua, de natureza estética, por exemplo (desgostar de alguma palavra por ela “soar” mal, por fazer “doer” seus ouvidos), em virtude daquele famoso desencontro entre comportamento e introspecção sobre o qual, em partes, a sociolinguística laboviana é fundada, e que foi quase definitivo para a dicotomia conceitual de segurança *versus* insegurança linguística (LABOV, 2001 [1975]);
- questionar a integração (ou não integração) das produções, considerando não apenas o metalinguístico, mas, também, o epilinguístico, ou seja, uma competência inconsciente, portanto, implícita da língua. Relacionam-se, aqui, todos os tipos de jogos sobre as palavras, os trava-línguas, os trocadilhos e confusões voluntárias, jogos de pronúncia (o “Quando a mafagafa gafa, gafam os sete mafagafinhos” e o “três pratos de trigo para três tigres tristes”)^{10*}, brincadeiras sobre os

10 *N.T.: No original, são mencionados dois trava-línguas famosos em francês: “les chaussettes de l’archiduchesse” e “la reine Didon qui dina dit-on...”.

significantes como a de “monsieur et madame ont un fils...”,¹¹ histórias bobas no substrato linguístico, imitações de sotaques e de maneiras de falar etc. Chamo de *ludolinguistas* os falantes que adotam essa posição ao mesmo tempo refletida e lúdica sobre a língua. A questão é de saber se essas produções, que repousam sobre uma competência epilinguística extremamente sofisticada, vêm de atividade linguística. Essas produções são, sem dúvidas, dotadas de uma dimensão didática explícita. Mas algo que pode nos confundir um bocado em nossa reflexão é o fato de que elas se situam no limite entre atividades linguísticas e atividades languageiras, entre atividades *sobre* a linguagem e atividades *de* linguagem.

1.2. Uma proposta de tipologia

Assim, proponho a seguinte tipologia, elaborada a partir de trabalhos existentes sobre a linguística *folk* ou as posições normativas, as observações realizadas em meus trabalhos anteriores e, em particular, a partir do *corpus* reunido na obra *La langue française: passions et polémiques*. As posições são classificadas por “coeficiente” decrescente de detenção de um saber linguístico e acompanhadas de uma categorização aproximada do tipo de práticas executadas segundo a trilogia mencionada anteriormente:

- Linguistas profissionais, que fornecem descrições linguísticas.
- Cientistas não linguistas (“historiador-linguista”, como Éric Mension-Rigau em seu *Aristocrates et grands bourgeois*. *Éducation, traditions, valeurs* [Aristocratas e grandes burgueses: educação, tradições, valores], “sociólogo-linguista”, como Pierre Bourdieu em seu *A distinção: crítica social do julgamento*), que produzem descrições linguísticas.
- Linguistas amadores (linguistas leigos, acadêmicos como Maurice Druon, juristas como Gérard Cornu (autor de um manual de linguis-

11 • N.T.: Nesse ponto a autora acrescenta uma nota de rodapé, afirmando que “*Les cinq filles de monsieur et madame Holl, Jenny, Lydia, Beth, Nicole et Esther* é uma maravilhosa ilustração da virtuosidade languageira extrema, no limite do domínio teórico, dos ourives das palavras que fazem jogos com elas”. Essa sentença em francês, que se inicia com “*Les cinq filles*”, é uma brincadeira conhecida na língua, uma anedota. Vai-se trocando o sobrenome da família e a quantidade de filhos para se chegar a algum resultado que torne a leitura dos nomes dos filhos, combinados ao sobrenome da família, a paronímia de uma outra sentença/palavra. No caso da sentença acima, “*J’ai ni le diabète ni le cholestérol*” [Não tenho nem diabetes nem colesterol] se formam a partir de “*Jenny Lydia Beth Nicole Esther Holl*”. Para dar mais um exemplo: “*Monsieur et Madame Oration ont une fille... Amélie*”, donde “*Amélie Oration*”, “*amélioration*” [melhora]. Um correlato fraco em língua vernácula — já que não se trata de uma família de jogos epilinguísticos — é a seguinte charada: “Uma menina senta na sua cadeira da escola onde uma pessoa tinha colocado uma taxinha. Qual é o nome da pessoa?... *Na-taxa* [Natasha]”. Embora não forme uma família, esse tipo de charadas de “Qual é o nome da pessoa?” é muito comum no Brasil.

tica jurídica: ver Cornu, 2005 [1990] e o subcapítulo 1.3.1), que fornecem descrições e prescrições.

- Logófilos, glossomaniacos¹² e outros “loucos da língua”, como Jean-Pierre Brisset ou George Orwell, que, frequentemente, empreenderam intervenções na língua, fosse por invenção, fosse por deformação.
- Preparadores-revisores-redatores (o lendário copidesque do Monde, Jean-Pierre Collignon, cujos sucessores produziram um discurso sobre sua atividade “linguística” no blog “Langue saucepiquante”;¹³ os especialistas de programas televisivos, como o “professor” Capelovici e seus sucessores no programa Des chiffres et des lettres, por exemplo), que sugerem descrições e prescrições (incluindo correções).
- Escritores, ensaístas (Proust, Jean Paulhan, Pierre Daninos, Philippe Jullian, Robert Beauvais...), do lado da descrição e da prescrição.
- Ludolinguistas (humoristas, imitadores, autores de histórias bobas, autores de jogos sobre as palavras: Thierry Le Luron fazendo imitações do político Valéry René Marie Georges Giscard d’Estaing, Sylvie Joly e sua personagem “Bourgeoise” [Burguesa], Florence Foresti e sua Anne-Sophie de la Coquille, Coluche e seu “beauf” [brutamontes, homem grosseiro e machista]), que fazem descrições-interpretações linguísticas.
- Falantes engajados, militantes ou apaixonados, juristas em suas práticas textuais e orais, centrados na descrição e na intervenção.
- Falantes comuns (a vendedora da loja de antiguidades na rue de la Chine, os autores desconhecidos das colunas de leitores de jornais e revistas e as mensagens em blogs e fóruns, os “dominantes” citados por Jean-Claude Passeron, como veremos no subcapítulo 1.3.4), que misturam, sem dúvida, os três tipos de práticas.

Tais posições não são, evidentemente, discretas, mas porosas e até mesmo transversais, podendo um falante passar de uma posição a outra: é bem isso que J.R.R. Tolkien faz, sendo filólogo e lexicógrafo, professor de inglês medieval, mas que, ao mesmo tempo, torna-se logófilo ao inventar línguas imaginá-

12 O termo *logófilo* é de Michel Pierssens (1976), e *glossomaniaco* é uma palavra proposta por Umberto Eco (1994).

13 <http://correcteurs.blog.lemonde.fr>.



rias, como o famoso élfico; e é bem assim, também, com Saussure, primeiro linguista profissional na teoria do signo, glossomaniaco, beirando a posição de ludolinguista em seus *Anagramas*.

A porosidade das posições implica, igualmente, uma porosidade de saberes: os saberes linguísticos são transmitidos para os da linguística *folk*, e vice-versa. A meu ver, não há, com efeito, isolamento possível das categorias nesse domínio: os saberes linguísticos ditos “estudados” ou “científicos” não são neutralizados da consciência epilinguística dos falantes. Voltarei a isso.

1.3. Alguns exemplos: juristas, escritores, logófilos, ludolinguistas e militantes

1.3.1. A linguística jurídica

O manual de linguística jurídica (ou “jurilinguística”), de Gérard Cornu (2005 [1990]), é um exemplo interessante de linguística *folk*, na medida em que o autor se dedica, meticulosamente, a iniciar uma proposta sobre a “ciência da linguagem” saussuriana, embora mantendo, incautamente, sem dúvidas, os pré-discursos profanos que parecem “ingênuos” demais a um linguista profissional. Por exemplo, ele define a linguística jurídica como a “aplicação particular, na linguagem do direito, da fundamental ciência da linguística geral”; e esclarece, um pouco adiante, que “sua esperança é ao menos de ela ser reconhecida como uma linguística prática, do mesmo modo que a linguística aplicada à poesia” (2005 [1990]: 25). Tal analogia entre direito e poesia é sustentada por uma referência a Roman Jakobson, cuja metodologia linguística para o estudo da poesia é diretamente aplicada ao direito. É daí que vem a equivalência final: “[o] que é válido para o discurso poético deveria ser também para o discurso jurídico” (2005 [1990]: 25). Poderíamos fazer chacota dessa afirmação. Mas essa analogia é interessante, justamente, por constituir uma das modalidades mais disseminadas do pensamento profano:¹⁴ temos aí um exemplo de uso de um método profano para a elaboração de um corpo de saber profano. Mais à frente, ele

¹⁴ Sobre essa questão, a meu ver, a opinião mais refinada me parece ainda ser o indispensável artigo de Françoise Douay-Soublin, “La contre-analogie. Réflexion sur la récusation de certaines analogies pourtant bien formées cognitivement” (DOUAY-SOUBLIN, 1987).



define o vocabulário jurídico como “o reflexo do sistema jurídico” (p. 58), recuperando, assim, a concepção de língua como reflexo. E foi justamente contra essa concepção que a linguística científica se constituiu. Eu poderia, ainda, dar bem mais exemplos dessa linguística espontânea em embate com uma linguística acadêmica que G. Cornu apresenta para justificar o uso da linguagem em seu campo teórico. O essencial me parece ser que essa linguística *folk* “funciona”, como diria D. Dennett (ver o subcapítulo 2.1.2), quer dizer, ela organiza, com eficácia, os usos especializados da linguagem no campo jurídico.

1.3.2. As “outras línguas” de Antonin Artaud

“Em fevereiro de 1947”, escreve Anne Tomiche (2002: 141),

Antonin Artaud descreve essa ‘outra língua’ que ele nunca cessou de procurar como uma ‘canção / impostada, / (...) entre negro, / chinês, / indiano / e francês vulgar’. Ele enfatiza, então, não apenas a dimensão *oral* dessa língua, entre a canção e a impostação, mas também a mistura de línguas, e mais precisamente uma mistura de línguas associadas às transgressões sintáticas e à inteligibilidade.

Artaud fornece, com efeito, um exemplo de atividade linguística empreendida por um não linguista que é um escritor evidentemente dotado de um saber linguístico, epilinguístico e plurilinguístico (Artaud é familiarizado com muitas línguas estrangeiras) largamente superior à média dos falantes. Artaud se esforça, então, para elaborar outra língua, cujas características são, essencialmente, a mistura e a transgressão ao sistema. Ele não se contenta em criar e inventar formas languageiras, mas, também, analisa-as no âmbito de um discurso metalinguístico. Anne Tomiche dá um exemplo perfeitamente representativo de uma posição discursiva *folk* da parte de um escritor:

Poderíamos multiplicar os exemplos, mas só falaremos de um, particularmente interessante, já que Artaud não se contenta em introduzir, em uma frase em francês, um termo, o “tétême”, que solda muitas línguas: “No sono a gente dorme, de mim mesmo e de qualquer um só há o espectro, / a extração do *tétême* do ser por outros seres (acordados por ora), disso que faz com que a gente seja um corpo.” Não sem ironia, ele continua, em seguida, com uma análise metalinguística da composição do termo, explicando que “tétême” mistura o éma grego (sangue) com a *tête* [cabeça, testa] e com o *thé* [chá], que, reduplicado, designa aquilo que repousa e que arde: “E o que é o *tétême*? O sangue do corpo espalhado nesse momento, e que adormece em seu sono. Como o *tétême* é o sangue? Pelo éma, diante do *t* que repousa e que designa aquilo que repousa como o *té vé* dos



marselheses.^{15*} Porque o té [o chá] faz um barulho de cinza quando a língua o encosta nos lábios em que ele queima. / E Éma, em grego, quer dizer sangue. E *tétême*, duas vezes a cinza sobre a chama do coágulo de sangue, do inveterado coágulo de sangue que é o corpo daquele que dorme e sonha. Seria melhor que acordasse”(XIV: 16)¹⁶ (TOMICHE, 2002; 144).

1.3.3. Logófilos, glossomaníacos, loucos da linguagem

Próximo do escritor e de sua atividade *folk*, mas distante do campo da literatura e de suas aberturas ficcionais, o apaixonado pela linguagem se entrega a atividades de invenção de línguas imaginárias. O logófilo é um típico linguista *folk*, bem dentro do retrato que Marina Yaguello faz dele quando de seu estudo sobre aqueles que chama de “loucos da linguagem”:

O inventor de língua é um amador, no duplo sentido do termo; apaixonado pelas línguas, em geral desconhece absolutamente a ciência da linguagem. Mas ele tem, antes de tudo, uma preocupação de natureza estética: o desejo de produzir um tudo, uma totalidade, um conjunto fechado mas exaustivo, dotado de uma simetria perfeita, cujas engrenagens estão besuntadas de óleo, onde nenhuma discórdância ou ambiguidade saberia se introduzir, donde seriam banidos o equívoco, a extravagância, o mal-entendido. (YAGUELLO, 2006: 45)

Sua posição social e profissional o coloca em contato com os dados da cultura e, ao contrário dos pintores da arte bruta ou da arte “de fora da caixinha” que não são detentores de cultura, ele está no interior do universo letrado:

[n]a maior parte das vezes, é um escolástico, um professor ou um médico, ou seja, justamente um homem de gabinete, um homem de cavanhaque e de óculos com armação circular de metal, como revela a galeria de retratos que estampa o livro de Monnerot-Dumaine, uma das duas biblias da interlinguística. (YAGUELLO, 2006: 46)

15 *N.T.: A expressão “Té vé” é típica da fala de Marselha, significando algo como “Repare só”, “Veja”, “Olhe”. No original, a citação inteira é: “On pourrait multiplier les exemples mais on n’en ajoutera qu’un seul, particulièrement intéressant parce qu’Artaud ne se contente pas d’introduire, dans une phrase en français, un terme, le « *tétême* », qui brasse plusieurs langues : « Dans le sommeil on dort, il n’y a pas de moi et personne que du spectre, / arrachement du *tétême* de l’être, par d’autres êtres (à ce moment-là éveillés), de ce qui fait que l’on est un corps ». Non sans ironie, il procède ensuite à une analyse métalinguistique de la composition du terme pour expliquer que le « *tétême* » mêle le *éma* grec (sang) à la tête et au « *thé* » qui, redoublé, désigne ce qui se repose et qui brûle : « Et qu’est-ce que le *tétême* ? / Le sang du corps à ce moment-là allongé, et qui sommeille car il dort. Comment le *tétême* est-il le sang ? Par le *éma*, devant qui le *t* se repose et désigne ce qui se repose comme le *té vé* des Marseillais. Car le *té* fait un bruit de cendre lorsque la langue le dépose dans les lèvres ou il va fumer. / Et *Éma* en grec veut dire sang. Et *tétême*, deux fois la cendre sur la falamme du caillot de sang, de caillot invétéré de sang qu’est le corps du dormeur qui rêve et ferait mieux de s’éveiller. »”

16 Fazemos referência, aqui, às edições das obras completas de Artaud feitas pela Gallimard, 1976-1994.



Ele executa gestos profissionais que estão próximos daqueles empreendidos pela linguística acadêmica, universitária, mesmo que não disponha de seus saberes especializados. Ainda assim, de acordo com Marina Yaguello, o trabalho do logófilo consiste em:

- a. acumular dados;
- b. classificá-los;
- c. encontrar um princípio explicativo: imitação dos sons da natureza, ou ainda a correspondência entre o sentido das palavras e sua realização acústica ou articulatória;
- d. organizar os dados sob a forma de uma árvore genealógica, a língua-mãe que daria à luz toda a prole de línguas passadas e presentes da humanidade (YAGUELLO, 2006; 47)

1.3.4. Ludolinguistas, ou quando a linguística folk sobe ao palco

Defini, mais acima, os ludolinguistas como especialistas na manipulação lúdica dos significantes. Aprofundo, aqui, com o exemplo dos imitadores, especialmente aqueles de sotaques. Todos os humoristas, sejam imitadores profissionais ou não, dispõem, em seu repertório, da prática de manipulação de sotaques, que repousa sobre uma teoria sociolinguística espontânea. Os sotaques são manifestações fônicas da variação regional, nacional, social, étnico-cultural, de gênero ou de sexualidade etc. O sotaque social é, por exemplo, bem representado nas imitações de Valérie Lemerrier no filme *Os visitantes: eles não nasceram ontem!*, de 1993 (o sotaque aristocrático de “Béa” de Montmirail ao ver seu ancestral “Hub” chegar da Idade Média acompanhado de seu fiel serviçal Jacquouille la Fripouille), ou nas encenações de Sylvie Joly como “grande burguesa” em sua peça *La cigale et la Joly* [A cigarra e a Joly, como parônimo de *La cigale et la fourmi: A cigarra e a formiga*] (2006), ou ainda pelas entonações da atriz Mathilde Casadesus, que conta com um forte registro científico no documento sonoro – uma fita cassete – que acompanha a coletânea *Les accents des français*, organizada por Pierre Léon e colegas (LÉON et al., 1983). Encontram-se realizações de sotaques étnico-culturais nas imitações do sotaque “africano” pela dupla Omar e Fred no curto programa *Le service après-vente des émissions*, atualmente transmitido no começo da noite no Canal+; ou com o tenista-cantor Yannick Noah, que elaborou, ao longo de suas intervenções televisivas, um tipo de imitação antirracista do sotaque camaronês; ou ainda com as interpretações magrebina exageradas de Djamel Debbouze ou Mohand Saïd Fellag



(TERBOUCHE, 2008);¹⁷ e, enfim, com as ênfases judaico-magrebina dos humoristas Élie Kakou e Gad Elmaleh. Os sotaques regionais, que entraram na moda no final dos anos 1990 na série de curtas televisivos *Les Deschiens* (uma família que tem o sotaque rural do departamento francês de Sarthe; v. PUGNIÈRE, 2006) e mais recentemente no filme *A Riviera não é aqui* [*Bienvenue chez les ch'tis*], de Dany Boon (2007), há muito tempo são alvo de imitações, mais ou menos pejorativas, principalmente entre escritores, como bem mostra a celebríssima cena do *Dom Juan* de Molière dedicada aos camponeses Charlotte e Pierrot (ato II, cena I). Os sotaques mais difíceis de serem apreendidos e nomeados (*sexual* é insatisfatório, e *homossexual* é impreciso, então eu proporia a terminologia *sotaque de gênero* ou *sotaque de identidade sexual*, quem sabe até *de orientação sexual*), e mais estigmatizantes – como o sotaque “homo” (“gay”?) exemplificado pelas interpretações “loucas” de Michel Serrault na peça e no filme *A Gaiola das Loucas*, ou de Gad Elmaleh no filme *Xuxu*, de Merzak Allouache (2003) – são testemunhos, analogamente, dessa extraordinária competência linguística dos imitadores, que repousa num treinamento fino, apesar de não científico, dos fenômenos fonéticos destacados. É preciso reconhecer, além de tudo, que os linguistas profissionais se dedicam muito pouco aos sotaques, em especiais aos sotaques do substrato étnico, cultural, “de sexualidade” ou comunidade: desconheço a existência de alguma pesquisa debruçada sobre o sotaque “homossexual”, na sua versão “louca” ou em qualquer outra, com exceção de um artigo de Gilles Siouffi intitulado “Les homos parlent-ils comme les hommes ou comme les femmes?”, de 1998. A questão é abordada no âmbito da dialetologia social estadunidense, entre trabalhos sobre atitudes linguísticas (PRESTON, 1992, por exemplo). Os estudos são, entretanto, escassos. Em contrapartida, os sotaques são bem detectados por outros linguistas *folk*, os sociólogos-linguistas, por exemplo, que consideram que eles têm uma função de poderosos organizadores sociais. Esses sociólogos-linguistas são os protagonistas de atividades *folk* de uma terceira categoria dos linguistas *folk*: as classes dominantes. Com efeito, Jean-Claude Passeron considera que as classes dominantes executam uma atividade linguística de intervenção, a saber, a divisão social por meio dos sotaques:

[a]o mesmo tempo que a linguística espontânea das classes dominantes constitui o sotaque dominante como a ausência de sotaque, sotaque zero – em relação ao qual os sotaques regionais ou populares são entendidos ou definidos como *deformações* mais ou menos pitorescas –, a estilística espontânea dos modos de vida tende a considerar as marcas linguísticas portadas pelas classes dominantes (determinantes concomitantemente da dominação e das restrições relacionadas

17 “Comment vous dire / le costume / Il était tellement petit / que / c’est un coustime [kustim]” [Como o senhor diz / o costume [traje] / Era tão pequeno / que / era um *coustime* [kustim, *cus’tam*, como pronunciado no espetáculo, mas morfologicamente um trajezinho]] (extraído do espetáculo *Cocktail Khorotv* (literalmente: *Cocktail de mensonges*), citado por Terbouche (2008: 14).



ao exercício da dominação) como não marcas, a partir das quais se veem as deformações dos corpos e dos rostos populares (PASSERON, 1999, on-line)

1.3.5. Locutores preocupados: uma análise do discurso *folk*

Concluo essa enumeração de exemplos com uma manifestação militante da linguística *folk*; ou da análise do discurso *folk*, nesse caso. Trata-se de um “ateliê de análise e de crítica do discurso político” intitulado, antifrasticamente, “Le monde réenchanté de Nicolas Sarkozy” [O mundo reencantado de Nicolas Sarkozy], proposto em novembro de 2007, em Paris, no 19º Distrito, pela “Coordination des Intermittents et Précaires d’Île-de-France” [Coordenação dos Trabalhadores Temporários e Precários da Île-de-France]. A primeira sessão foi apresentada assim:

Primeira sessão: quarta-feira, 31 de outubro de 2007, das 19h às 22h, na CIP-IDF

A ideia inicial é relativamente simples: trata-se de fazer um trabalho coletivo de análise e de crítica do discurso político no âmbito de um ateliê aberto a todos.

Em nossa opinião, não pode ser um grupo de reflexão teórica – porque aí seria necessário supor o domínio de certas noções e de algumas ferramentas, o que restringiria de fato a acessibilidade do ateliê. Nós o consideramos muito mais como um ateliê prático, até mesmo político, se conseguimos vislumbrar daí sua finalidade: desenvolver meios eficazes de combater os efeitos, sobre nós mesmos e terceiros, do discurso político autorizado. Poderíamos dizer, nesse sentido, que se trata de um ateliê de autoformação de crítica ideológica.

Concretamente, decidimos trabalhar sobre o discurso de Nicolas Sarkozy. As discussões foram acaloradas quanto a esse assunto, e ninguém saiu inteiramente satisfeito com a escolha. Concordamos que o poder provém de mais longe, e que sua ação vai além do campo “político”, e que, de certa maneira, essa escolha significa sucumbir ao discurso ideológico, procurando o poder precisamente onde gostaríamos de acreditar que ele se exerce exclusivamente. Dito isso, se o poder está em todo lugar, pouco importa onde o percebemos, o importante para nós é concentrar nossa análise sobre um discurso que seja atual e endereçado a todos e cada um – cada um tem o direito e, eis nossa convicção, a capacidade de respondê-lo. [anúncio recebido por e-mail, outubro de 2007]

Tal passagem mostra que a teoria *folk* é uma teoria prática ou uma teoria da prática. O objeto do ateliê é o uso do discurso e seus efeitos sobre os indivíduos, não a descrição de suas regras e regularidades, por exemplo. O saber profano é, na

maior parte das vezes, um saber prático, um saber “útil” aos locutores para mudar sua sociedade. Agora, trata-se de questionar sua validade.

2. De que valem as teorias da linguística *folk*?

A linguística *folk* faz uma das questões epistemológicas mais difíceis, sobretudo no domínio das ciências humanas e sociais: qual é a validade das teorias (pseudo) científicas? Existem poucos trabalhos sobre essa questão na França. A linguística *folk* é, majoritariamente, traduzida em termos de posição normativa ou de purismo (PAVEAU; ROSIER, 2008). Além disso, o clima cartesiano e as imagens positivas – talvez, até mesmo, positivistas – da ciência que circulam no país dificilmente favorecem esse tipo de questionamento. Por outro lado, a filosofia do espírito e a filosofia das ciências, sobretudo nos Estados Unidos, propõem análises e respostas particularmente esclarecedores sobre as *folk sciences*, em geral, ou sobre a linguística *folk*, em particular. Utilizo essas respostas em meu escrutínio da validade das teorias espontâneas sobre a língua, não pretendendo aplicá-las de modo mecânico.

2.1. Avaliações epistêmicas da linguística *folk*

Qual é a validade das teorias *folk*? Três respostas são possíveis.

2.1.1. A posição antieliminativa

Na filosofia do espírito, a posição dita antieliminativa ou do materialismo antieliminativo (P. Feyerabend, R. Rorty, W. Sellars, Paul & Patricia Churchland, S. Laurence) está fundada sobre a tese segundo a qual a compreensão dos estados mentais pelas teorias do senso comum está errada. Isso porque ela não corresponderia a nenhuma base científica. Com efeito, essa compreensão pode se apoiar sobre dados neurológicos. Por exemplo, não há base neural para certas teorias sobre a intencionalidade, ou mesmo a própria consciência, noções que são as mais difíceis para naturalizar. Para o filósofo Paul Churchland, por exemplo (2002 [1981]), as teorias *folk* são totalmente falsas e estão, além disso, no processo de serem substituídas (“eliminadas”) por demonstrações irrefutáveis concebidas pelas neurociências. Essa posição é compartilhada pelo filósofo S. Laurence (2003),

que considera que as teorias *folk*, em qualquer ciência, estão, na maior parte do tempo, erradas. Laurence ainda acrescenta que, nesse ponto, a linguística apresenta uma vulnerabilidade muito forte, já que se trata de uma teoria jovem.

Transposta para os resultados da linguística *folk*, a teoria antieliminativa dirá, então, que ela se trata de uma teoria falsa por se basear em dados perceptivos, intuitivos, dotados de juízos de valor (quem sabe até mesmo imaginários), mas sem nenhum dado cientificamente verificável.

2.1.2. Uma posição intermediária: o “realismo suave” de Daniel Dennett

O filósofo D. Dennett (1990 [1987], 2002 [1991]) defende uma posição intermediária, que ele mesmo chama de “realismo suave”, situado entre os dois extremos do “realismo de força industrial” de J. Fodor e do materialismo eliminativo dos Churchland. Essa posição diz respeito à psicologia popular (*folk psychology*), que ele descreve da seguinte maneira:

[a]s pessoas são ainda menos previsíveis que o tempo, se tomadas face às técnicas científicas dos meteorologistas e mesmo dos biólogos. Mas há uma outra perspectiva, que nos é conhecida desde a infância e que utilizamos sem esforço todos os dias, que parece maravilhosamente capaz de fornecer um sentido a todas essas complexidades. Chamamo-la comumente de psicologia popular. Ela é a perspectiva que invoca a família dos conceitos “mentalistas”, como os de crença, desejo, conhecimento, medo, atenção, intenção, compreensão, sonho, imaginação, consciência de si, e assim por diante (DENNETT, 1990 [1987]: 17-8).

O realismo suave pode ser resumido assim: o vocabulário e os conceitos “*folk*” são operacionais e, até mesmo, necessários para a vida social do homem, e as percepções espontâneas são estruturas (*patterns*) absolutamente fundamentais na vida humana:

[h]á, nos assuntos humanos, estruturas que se impõem por elas mesmas de uma maneira que não é de modo algum inexorável, mas que têm grande força, absorvendo perturbações e variações psíquicas que poderíamos muito bem considerar como dadas ao mero acaso; são estruturas que caracterizaríamos em termos de crenças, desejos, intenções dos agentes racionais (DENNETT, 1990 [1987]: 42).

Além do mais, constata D. Dennett, a psicologia popular *funciona* (“a estratégia intencional funciona tão bem quanto possível”, p. 43), mesmo que esse fun-



cionamento não seja permanente. A psicologia popular é, com efeito, uma teoria imperfeita, incompleta e, conseqüentemente, não generalizável, mas ela é uma teoria valiosa em vários pontos de seu funcionamento. Cito essa longa passagem em que D. Dennett dá uma definição bastante completa da psicologia popular, por conter um bom número de elementos que podem contribuir para minha reflexão quanto à teoria linguística:

[u]tilizamos a psicologia popular o tempo todo, para explicar ou predizer reciprocamente nossos comportamentos; atribuímo-nos reciprocamente crenças e desejos sem nos questionarmos, muito espontaneamente, e passamos um bom período de nossas vidas conscientes, formulando o mundo — assim como a nós mesmos — nesses termos. A psicologia popular é quase tão parte integral de nossa segunda natureza quanto nossa física popular dos objetos de tamanho médio. Até que ponto essa psicologia popular é boa? Se nos concentramos nos pontos fracos, perceberemos que com frequência somos incapazes de dar sentido a porções particulares do comportamento humano (inclusive o nosso) em termos de crenças e de desejos, mesmo em retrospectiva; com frequência somos incapazes de prever o que uma pessoa fará ou em que momento ela agirá; com frequência não conseguimos encontrar recursos teóricos para ajustar os desacordos relativos a certas atribuições de desejos e de crenças. Se nos concentramos nos pontos positivos, descobrimos, em primeiro lugar, que há grandes setores em que essa teoria tem um poder de predição extremamente confiável; (...) Em segundo lugar, descobriremos que ela é uma teoria que tem um grande poder gerador e uma grande efetividade. (...) Em terceiro lugar, descobriremos que até mesmo as crianças mais jovens adquirem facilmente a teoria em algum momento, se não o adquirem, terão uma experiência muito limitada da atividade humana, a partir da qual podem induzir uma teoria. Em quarto lugar, descobriremos que todos podemos utilizar a psicologia popular praticamente sem nada sabermos de como funciona o interior dos crânios das pessoas (DENNETT, 1990 [1987]: 67-68)

Transposta para a linguística *folk*, essa análise nos levaria ao seguinte enunciado: os dados da linguística *folk* são aceitáveis e integráveis à teoria linguística porque fornecem descrições perceptivas e organizacionais exatas da linguagem, mas não podem servir de base para uma teoria geral da linguagem.

2.1.3. A posição integracionista: os dados *folk* são dados linguísticos

Essa posição insiste sobre os saberes dos não linguistas, saberes legítimos e reconhecíveis como tais. D. Preston e N. Niedzielski o afirmam imediatamente em sua síntese: “Se o povo fala sobre a linguagem, ele deve, claro, saber (ou pelo menos



acreditar que sabe) sobre isso” (1999: 10). A teoria linguística é, então, considerada sob os ângulos de sua operacionalidade e de sua verdade prática, e não mais lógica. Essa é, também, a posição dos psicólogos sociais N. Llewellyn e A. Harrison, em seus estudos sobre as percepções das formas linguageiras e discursivas em documentos empresariais (2006). Eles mostram que os participantes da enquête comprovaram uma competência linguística verdadeira no reconhecimento dos empregos do pronome *nous* (nós/nos), ou na identificação da transformação passiva e da nominalização. Acrescenta-se que essa competência pode significar economia da metalinguagem e até mesmo do aprendizado das expressões detectadas:

[i]n this regard, it is worth making the point that formal sounding linguistic categories, such as those discussed above, describe mundane features of everyday language use. It is perfectly possible for individuals to deploy and identify instances of “passive transformation”, for example, without having heard of the term (LLEWELLYN & HARRISON, 2006: 580).^{18*}

Os autores compartilham, quanto a isso, a posição de Sylvain Auroux, que lembra, em seus trabalhos sobre a gramatização, que os saberes linguísticos não são necessariamente distintos daqueles que fornecem a consciência epilinguística:

[a] continuidade entre o epilinguístico e o metalinguístico pode ser comparada com a continuidade entre a percepção e a representação física nas ciências da natureza. Enquanto essas últimas romperam muito cedo com a percepção — desde a física galileana para se distanciar dela cada vez mais —, este saber linguístico não rompeu senão esporadicamente com a consciência epilinguística (AUROUX, 1992: 16).

O “realismo ingênuo”, por exemplo (ACHARD-BAYLE, 2008; 34ss; além de neste volume da *Pratiques*), que consiste em atribuir às entidades concretas do mundo fronteiras mais ou menos discretas que fazem com que coincidam com os nomes que as designam, pode fazer saltar aos olhos um saber epilinguístico não consciente (“pau é pau, pedra é pedra”, diria, sem hesitar, minha vendedora de antiguidades), mas, igualmente, uma posição semântico-filosófica científica e argumentada. A noção de epilinguístico é, sem dúvida, uma das chaves para se compreender como e por quê, ao exemplo da psicologia popular, a linguística *folk* “funciona”. Com efeito, a consciência epilinguística é uma instância que fornece dados linguísticos da ordem da percepção. Se, numa perspectiva empírica, a linguística faz jus às dimensões experiencial e cultural da linguagem, ou seja, se o

18 *N.T.: As citações em inglês feitas no artigo foram mantidas conforme original, mas traduzidas em nota de rodapé. “Nessa perspectiva, vale a pena enfatizar que categorias linguísticas sonoras formais, como as discutidas acima, descrevem características mundanas do uso cotidiano da língua. É perfeitamente possível que os indivíduos façam uso e identifiquem casos de “transformação passiva”, por exemplo, sem nunca terem ouvido falar do termo” (LLEWELLYN & HARRISON, 2006, p. 580; tradução nossa).



objeto da linguística integra os usos da língua pelos sujeitos sociais e cognitivos, então os dados perceptivos da linguística *folk* podem ser levados em conta como dados linguísticos, pura e simplesmente.

2.2. As intuições dos locutores são controláveis?

Se a linguística *folk*, como a *psicologia folk*, “funciona”, é por existir uma fonte de percepções, de juízos e de avaliações que pode fornecer resultados corretos; essa fonte é, em linguística, a intuição do dito “locutor nativo”, se tomamos a terminologia chomskiana; ou a consciência epilinguística, se escolhermos a designação do linguista francês Antoine Culioli.¹⁹ Mas todos os locutores possuem a mesma intuição? Há diferença entre a intuição do locutor não linguista e a do linguista? Não, responde o filósofo M. Devitt, que considera que as intuições dos linguistas são melhores que as dos linguistas *folk* porque as intuições não são, contrariamente a uma ideia em circulação, inatas, mas carregadas de teoria. M. Devitt propõe, de fato, uma crítica bem robusta à intuição chomskiana e propõe uma teoria alternativa: “[t]his theory treats linguistic intuitions as opinions resulting from ordinary empirical investigation, theory-laden in the way all such opinions are” [Essa teoria trata as intuições linguísticas como opiniões resultantes de investigação empírica ordinária, carregadas de teoria como todas as opiniões são] (DEVITT, 2006: 483). Ele conclui com a impossibilidade de considerar essa intuição, que seria bem pouco carregada cientificamente de teoria, como fundação da linguística:

I see linguists as pulled two ways in their treatment of the intuitive judgments of speakers. On the one hand, the received view is that speakers represent the true linguistic theory of their language and derive their intuitive judgments from those representations. So, those intuitive judgments, deploying terms drawn from that theory, should be the primary data for the linguist’s theory. On the other hand, there is the attractive thought that all judgments deploying those terms are laden with an empirical linguistic theory. Where the judgments are those of the ordinary speaker, that theory will be folk linguistics. We do not generally take

19 Em vários aspectos, essas duas noções (a de intuição do locutor e a de consciência epilinguística, uma de origem estadunidense e outra de origem francesa) se recobrem. Ambas designam, na verdade, uma competência não objetivada, não formulada e não formalizada dos locutores em relação às suas produções linguageiras. O método de introspecção faz essa faculdade evoluir para a metalinguagem, seja espontânea, seja formal.



theory-laden folk judgments as primary data for a theory. So we should not do so in linguistics (DEVITT, 2006: 485).^{20*}

Tal desconfiança quanto à noção de intuição do locutor nativo e à “contem-
plação de seus próprios idioletos” pelos linguistas já era denunciada por William
Labov no final dos anos 1960 (1976 [1972]; 37). As intuições dos linguistas, com
efeito, estão longe de serem melhores que as populares:

O que aconteceria se um dado tipo de juízo de linguistas sobre a gramaticalidade
fosse submetido a uma população de origem diversa? O estudo mais sistemático
desse tipo foi levado a cabo por Spencer (1973). Ela testou 150 frases retiradas dos
estudos sintáticos de Perlmutter, Carlotta Smith, Postal, Ross, Rosenbaum e R.
Lakoff com 60 avaliadores: 20 estudantes diplomados em linguística, 20 outros
estudantes diplomados e 20 pessoas da cidade do colégio secundário. (...)

Tendo em vista todos esses resultados, ficou claro que nenhum linguista é melhor
ou pior que os outros nessa questão. (...)

Atualmente, nenhum resultado permite alimentar a esperança de que os juízos
introspectivos dos linguistas sejam confiáveis, reproduzíveis ou generalizáveis em
sua aplicação na linguagem da comunidade. É necessário, então, perguntarmos
quais são as consequências desses fatos para as teorias linguísticas fundadas sobre
tais juízos (LABOV, 2001 [1975]: 32-33).

As intuições dos linguistas não são creditáveis, não porque elas são cul-
tivadas e preteorizadas – posição defendida por Devitt –, mas por razões epis-
temológicas. Segundo Labov, a linguística não deve repousar em intuições e
evidências incontroladas:

[j]á que cada estudo conduzido até hoje em dia sobre os juízos intuitivos indica
que encontra-se neles uma parte não descartável de efeito do experimentador,
as intuições incontroladas dos linguistas devem ser consideradas com sérias
dúvidas. Se essas intuições devem supostamente representar somente o idioleto
do linguista, então o valor de suas análises repousa sobre fundações muito incer-
tas. Deve-se submetê-los a outros estudos experimentais para que se possa testar
a coerência de seus juízos (...) (LABOV, 2001 [1975]: 44).

20 * N.T.: “Vejo linguistas tendendo para duas perspectivas em seu tratamento dos juízos intuitivos dos falantes. Por um lado, a visão aceita é que os falantes representam a verdadeira teoria linguística de sua língua e derivam seus juízos intuitivos dessas representações. Então, esses juízos intuitivos, fazendo uso de termos retirados dessa teoria, deveriam ser os dados primários para a teoria do linguista. De outro lado, há o pensamento atraente de que todos os juízos que fazem uso desses termos são dotados de uma teoria linguística empírica. Onde os juízos são do falante comum, essa teoria será a linguística *folk*. Não é regra usarmos como dados primários, numa teoria, juízos populares carregados de teoria. A linguística não devia fazê-lo também” (DEVITT, 2006: 485; tradução nossa).



Então devemos descartar os dados da intuição? Não, evidentemente, mas a linguística deve integrar sua relatividade, isso que Labov chama de “efeito do experimentador”, e aplicar certos princípios:

[a] solução para o problema estabelecido anteriormente parece suficientemente clara. Devemos (1) reconhecer o efeito do experimentador e (2) voltar à noção original de trabalho sobre os casos evidentes. Poderíamos então fazer nosso trabalho repousar sobre três princípios operacionais que oferecem uma base suficientemente sólida para a exploração contínua dos juízos gramaticais: I. O princípio do consenso: se não há motivo para pensar o contrário, supõe-se que os juízos de um locutor nativo sejam característicos ao conjunto dos locutores da língua. II. O princípio do experimentador: se há qualquer um em discordância quanto aos juízos introspectivos, os juízos daqueles que são familiares aos problemas teóricos não deveriam se manter como provas. III. O princípio dos casos evidentes: os juízos contestados deveriam ser reforçados pela presença de pelo menos um padrão coerente na comunidade de locutores ou ser abandonados (...). É necessário ainda nomear um quarto princípio, o Princípio da validade: IV. Princípio da validade: quando o uso da linguagem se mostra mais coerente que os juízos introspectivos, uma descrição válida da linguagem privilegiará o uso à introspecção (LABOV, 2001 [1975]: 45, 52).

Esses quatro princípios – consenso, experimentador, casos evidentes e validade – levam a consequências sobre as práticas linguísticas (reduzir a relatividade e a não credibilidade dos dados extraídos da intuição, qualquer que seja o tipo de locutor), mas, igualmente, sobre a própria epistemologia da linguística: a meu ver, eles reforçam a ideia de um *continuum* entre as competências dos linguistas e dos não linguistas, porque racionalizam os dados intuitivos.

2.3. Quando os não linguistas fabricam os objetos dos linguistas: o caso das atitudes linguísticas

Os saberes linguísticos *folk* constituem teorias sociais da linguagem: apoiando-se mais geralmente sobre as práticas languageiras, pelo viés de descrições, prescrições e intervenções, as teorias *folk* fornecem os organizadores sociais, que se constituem em corpo do saber social. Assim, a sociolinguística, como linguística social, as toma como objetos, ou mais exatamente como metaobjetos (ou seja: objetos que falam de objetos), chamando-as de *atitudes* ou *representações*.



As práticas languageiras são, com efeito, utilizadas pelos locutores profanos como um instrumento de descrição psicológica e social. Em sua introdução a um número do *Journal of Language and Social psychology*, dedicado às atitudes linguísticas, D. Preston e L. Milroy mostram que os locutores fazem uma correspondência entre aspectos psicológicos e aspectos languageiros:

[n]otably, several studies showed a tendency for judges to discriminate between, on one hand, status dimensions such as intelligence, ambition, and confidence and, on the other, solidarity-related dimensions such as social attractiveness, friendliness, and generosity. Standard speakers have tended to be rated higher on the former set of traits and downgraded on the latter, the converse being true of judgments of non standard speakers (e.g., Ryan, Giles, & Sebastian, 1982: 9) (PRESTON & MILROY, 1999: 4-5)^{21*}.

R. Van Bezooijen e C. Gooskens constatam o mesmo em seu estudo sobre a percepção da variedade em locutores holandeses:

[i]ntraculturally (by Dutchlisteners), as well as cross-culturally (by British, Kenyan, Mexican, and Japanese listeners), a « lively » manner of speaking is strongly associated with dominance, will, power, and self-confidence. As expected, pronunciation, allowing dialect identification, only played a role intraculturally (VAN BEZOOIJEN & GOOSKENS, 1999: 31-2)^{22**}.

Conhecemos os resultados do “método Lambert” (LAMBERT *et al.*, 1960): com o desconhecimento dos sujeitos, locutores bilíngues registram versões de um mesmo texto em duas ou várias línguas ou variedades linguísticas, de modo a suprimir o viés da voz. Espera-se que os sujeitos, em seguida, avaliem o locutor com a ajuda de uma escala constituída de adjetivos autonímicos (o locutor é simpático x antipático, confiável x suspeito, dócil x violento etc.). Esse método permite que surjam resultados bem confiáveis: por exemplo, um dos estudos realizados segundo esse protocolo mostra que os homens anglófonos percebem as mulheres mais favoravelmente se elas falam francês; a essas, os homens anglófonos produzem uma boa imagem, já que elas têm a visão desses falantes de inglês melhor do que a dos falantes de outras línguas.

21 *N.T.: “Notadamente, muitos estudos mostraram uma tendência para avaliadores discriminarem entre, de um lado, dimensões de status como inteligência, ambição e confiança e, de outro lado, dimensões relacionadas à solidariedade, como atração social, amistosidade e generosidade. Falantes-padrão tenderam a ser mais bem-avaliados no primeiro conjunto de aspectos e mal-avaliados no último, e o contrário foi válido para o juízo de falantes não padrão (p. ex.: RYAN, GILES & SEBASTIAN, 1982, p. 9)” (PRESTON & MILROY, 1999: 4-5; tradução nossa).

22 **N.T.: “Intraculturalmente (em ouvintes holandeses), bem como interculturalmente (em falantes britânicos, quenianos, mexicanos e japoneses), uma maneira de falar mais “animada” é fortemente associada com domínio, vontade, poder e autoconfiança. Como esperado, a pronúncia, que permite identificação dialetal, só desempenha um papel intraculturalmente” (VAN BEZOOIJEN & GOOSKENS, 1999: 31-2; tradução nossa).



As percepções não científicas, carregadas de representações e de produção imaginárias, constituem assim verdadeiras teorias espontâneas da classificação sócio-psicológica.

Conclusão: os não linguistas são linguistas preciosos

Quis mostrar, neste artigo, que as informações geradas em práticas disciplinares *folk* são plenamente integráveis à análise linguística. A linguística *folk* possui, com efeito, uma validade de ordem prática e representacional, e deve, por isso, ser considerada pela linguística científica como uma reserva de dados que nenhum linguista profissional consegue reunir com o auxílio dos métodos ditos “científicos”.

A enorme variedade das posições discursivas *folk*, das práticas correspondentes e dos dados assim recolhidos, assim como a fragilidade científica de um bom número de observações científicas (geradas de posições subjetivas, há que são frequentemente idioletais) deve, sem dúvidas, provocar que o objeto da linguística seja repensado. É quase irracional – se pensamos junto com Pierre Bourdieu e também com Sylvain Auroux: “a historicização do sujeito da historicização” (BOURDIEU, 2001) é uma necessidade epistemológica – que se continue a definir o objeto da linguística como Saussure o fez em 1916; tal objeto foi profundamente afetado pelos saberes de que foi alvo, e os saberes *folk* fazem parte dele. Parece-me necessário, então, propor uma descrição renovada, convincente e sobretudo cientificamente eficaz do objeto da linguística, adotando uma posição antieliminativa, que integre a escala dos saberes linguísticos (do saber científico mais “duro” ao saber *folk* mais “suave”).

Escolher o integracionismo significa ficar com o *e*, em vez do *ou*: o linguista *e* a vendedora, o escritor *e* o especialista de programa de TV, o glossomaniaco *e* o militante político.

Referencias

ACHARD-BAYLE, G. “Les réalités conceptuelles. Identitéet/en fiction”. In: Metz, *Recherchestextuelles*, n. 8, 2008.

ANTOS, G. *Laien-Linguistik. Studien zu Sprach – und Kommunikations – problemem im Alltag*. Tübingen: Niemeyer, 1996.



AUROUX, S. **La révolution technologique de la grammatisation**. Liège: Mardaga, 1994.

_____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad.: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BEACCO, J.-C. (org.). “Représentations métalinguistiques ordinaires et discours”. In: **Langages** 154. Paris: Larousse, 2004.

BENVENISTE, E. “De la subjectivité dans le langage”. In: _____. **Problèmes de linguistique générale**, v. 1. Paris: Gallimard: 1966 [1958], p. 258-266.

BREKLE, H.E. “La linguistique populaire”. In: AUROUX, S. (org.). **Histoire des idées linguistiques**, t. 1. Liège: Mardaga, 1989, p. 39-44.

CHURCHLAND, P. “Le matérialisme éliminativiste et les attitudes propositionnelles”. In: FISETTE, D. & POIRIER, P. (orgs.). **Philosophie de l’esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l’esprit**. Paris: Vrin, 2002 [1981], p. 117-151.

DENNETT, D.C. **La stratégie de l’interprète. Le sens commun et l’univers quotidien**. Trad.: P. Engel. Paris: Gallimard, 1990 [1987].

_____. “De l’existence des patterns [Realpatterns]”. In: FISETTE, D. & POIRIER, P. (orgs.). **Philosophie de l’esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l’esprit**. Paris: Vrin, 2002 [1981], p. 153-193.

DEVITT, M. “Intuitions in linguistics”. In: *The British Journal for the Philosophy of Science*, 57/3, p. 481-513, 2006.

_____; STERELNY, K. “Linguistics: What’s Wrong with the “Right View””. In: TOMBERLIN, J. (org.). **Philosophical Perspectives**, 3, 1989, p. 496-521.

DOUAY-SOUBLIN, F. “La contre-analogie. Réflexion sur la récusation de certaines analogies pourtant bien formées cognitivement”, 1987. Disponível em www.revue-texto.net. Consultado em 24/09/2008.

ECO, U. **La recherche de la langue parfaite dans la culture européenne**. Paris: Le Seuil, 1994.

FISETTE, D. & POIRIER, P. (orgs.). **Philosophie de l’esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l’esprit**. Paris: Vrin, 2002 [1981].

LABOV, W. **Sociolinguistique**. Trad.: A. Kihm. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976 [1972].

_____. “Qu’est-ce qu’un fait linguistique?”. Trad. Coletiva. In: **Marges linguistiques**, 1, 2001 [1975], p. 25-68. Disponível em www.revue-texto.net.

LAMBERT, W. E.; HODGSON, R.; GARDNER, R. C., FILLENBAUM, S. "Evaluational reactions to spoken languages". In: **Journal of Abnormal and Social Psychology**, 3, 1960, p. 44-51.

LAURENCE, S. "Is Linguistics a Branch of Psychology?". In: BARBER, A. (org.). **The Epistemology of Language**. Oxford: OUP, 2003, p. 69-106.

LÉON, P. et al. **Les accents des Français**. Livre-cassette. Paris: Hachette, 1983. Disponível em <http://accentsdefrance.free.fr>.

LLEWELLYN, N. & HARRISON, A. "Resisting Corporate Communications: Insights into Folk Linguistics". In: **Human Relations**, 59/4, 2006, p. 567-596.

MILROY, L. & PRESTON, D. "Introduction". In: **Journal of Language and Social Psychology**, 18-1, 1999, p. 4-9.

NIEDZIELSKI, N. & PRESTON, D. **Folk Linguistics**. With a new preface. Berlin, New York: Mouton De Gruyter, 2003 [2000].

PASSERON, J.-C. "Dominocentrisme et dominomorphisme". In: **Enquête 1 : A propos des cultures populaires**. 2006. Disponível em <http://enquete.revues.org>, consultado em 23/07/2006.

PAVEAU, M.-A. "La « richesse lexicale », entre apprentissage et acculturation". In: **Le Français aujourd'hui**, 131, 2000, p. 19-30.

_____. "Linguistique populaire et enseignement de la langue : des catégories communes". In: **Le Français aujourd'hui**, 151, 2005, p. 95-107.

_____. **Les prédiscours. Sens, mémoire, cognition**. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.

_____. "Les normes perceptives de la linguistique populaire". In: **Langage et société**, 121, "Les normes pratiques", 2007, p. 93-109.

_____. "Le parler des classes dominantes, objet linguistique mentin correct? Dialectologie perceptive et linguistique populaire". In: **Études de linguistique appliquée**, 150, 2008a, p. 137-156.

_____. "La langue sans classes de la grammaire scolaire". In: DAVID, J. & BERTUCCI, M.-M. (orgs.). **Le français aujourd'hui**, 162, "Descriptions de la langue et enseignement", 2008b, p. 29-40.

_____. "Quand Marie-Chantal dit *merde*: sentiment linguistique et normes perceptives dans la haute société". In: **Sentiment linguistique et discours spontanés sur le lexique**, coleção Recherches Linguistiques. Metz, 2009.

PAVEAU, M.-A. & ROSIER, L. **La langue française. Passions et polemique**. Paris: Vuibert, 2008.

PIERSSENS, M. **La tour de Babil**. Paris: Éditions de Minuit, 1976.

PRESTON, D. "Talking Black and Talking White: A Study in Variety Imitation". In: HALL, J.; DOANE, N.; RINGLER, D. (orgs.). **Old English and New: Studies in Language and Linguistics in Honor of Frederic G. Cassidy**. Nova York: Garland, 1992, p. 326-355.

SCHMALE, G. "Conceptions populaires de la conversation". In: **Pratiques**, 139-140, "Linguistique populaire ?", 2008.

SELLARS, W. "La philosophie et l'images scientifique de l'homme". In: FISETTE, D. & POIRIER, P. (orgs.). **Philosophie de l'esprit. Psychologie du sens commun et sciences de l'esprit**. Paris: Vrin, 2002 [1981], p. 55-115.

SIOUFFI, G. "Les homos parlent-ils comme les hommes ou comme les femmes ?". In: MAURIÈS, P. (org.). **Les Gays savoirs**. Paris: Gallimard/Le Promeneur & Éditions du Centre Pompidou, 1998, p. 211-225.

TERBOUCHE, R. **La diffraction langagière dans trois spectacles de Fellag**. *Mémoire* (Master 2). Université de Paris 13, Villetaneuse, 2008.

TOMICHE, A. "Entre nègre, chinois, indien et français villon": Artaud et les langues". In: **Europe**, 873-874, 2002, p. 141-154.

VAN BEZOOIJEN, R.; GOOSKENS, C. "Identification of Language Varieties. The Contribution of Different Linguistic Levels". In: MILROY, L. & PRESTON, D. (orgs.). **Journal of Language and Social Psychology**, 18-1, 1999, p. 31-48.

YAGUELLO, M. **Les langues imaginaires. Mythe, utopies, fantasmes, chimères et fictions linguistiques**. Paris: Seuil, 2006.